

# CERTIFICAÇÃO DO CAFÉ ORGÂNICO E DA MADEIRA NO BRASIL: um caminho para a sustentabilidade?<sup>1</sup>

Maria Celia Martins de Souza<sup>2</sup>  
Isabel Garcia Drigo<sup>3</sup>  
Marie Gabrielle Piketty<sup>4</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

Os anos 1990 no Brasil são marcados por um controle rigoroso das taxas de juros, principal instrumento de gestão da inflação, pela abertura para o comércio exterior e por uma reforma significativa da intervenção do Estado, particularmente no setor agrícola, em função da necessidade de reduzir os gastos públicos. Assim, o Estado, que exercia forte intervenção em determinados setores como o café, com o controle de quantidades e preços, parou de regulamentar várias cadeias produtivas. A intervenção do Estado tomou formas mais indiretas, notadamente com o financiamento da pesquisa agrônoma, o acesso a novas fronteiras agrícolas (políticas de infra-estrutura) e o acesso ao crédito.

Paralelamente, as preocupações ambientais se ampliaram, devido aos impactos negativos do avanço da fronteira agrícola sobre as áreas naturais. A agricultura brasileira adota o uso de insumos químicos em larga escala e as taxas de desflorestamento na Amazônia estagnaram a um nível médio anual de 2,0 a 2,5 milhões de hectares, entre outros impactos.

Nesse contexto, observa-se uma tendência significativa de se adotar processos de

certificação ambiental para diversos produtos agrícolas e florestais. Este artigo analisa dois casos emblemáticos: a madeira, proveniente de exploração comunitária na Amazônia, e o café, um produto tradicional brasileiro, produzido de modo orgânico, ou seja, sob as normas da agricultura orgânica, que incluem, por exemplo, a ausência de agrotóxicos no processo de produção.

Com base nesses dois estudos de caso, este artigo se propõe a analisar se e como a adesão ao processo de certificação consegue conciliar eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental. A análise tem como base os resultados de dois projetos de pesquisa, um sobre o café orgânico (SOUZA, 2001; 2003 e SOUZA; SAES; DOLNOKOFF, 2005) e o outro sobre a certificação da gestão comunitária de florestas na Amazônia (DRIGO e PIKETTY, 2004; DRIGO, 2005). Tais projetos se baseiam em levantamentos primários com produtores certificados e na análise das instituições que interagem no processo de certificação. A pesquisa de campo de café orgânico foi realizada em Minas Gerais e, no caso da madeira, os levantamentos foram feitos no Estado do Acre, no Projeto de Pedro Peixoto, composto por agricultores, e no de Porto Dias, composto principalmente por extrativistas.

A primeira parte da pesquisa mostra um breve panorama da produção de café orgânico e de madeira certificada no Brasil. Os objetivos da certificação ambiental são examinados na segunda seção, enquanto na terceira se faz uma análise de seu impacto sobre a sustentabilidade em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. A quarta e última parte analisa o papel das organizações atuantes na certificação e sua influência sobre o desempenho desse mecanismo no Brasil. Seguem-se as conclusões e a bibliografia do estudo.

## 2 - PANORAMA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA DE CAFÉ E DO MANEJO FLORESTAL

Não há estatísticas oficiais sobre a pro-

<sup>1</sup>Versão preliminar deste estudo foi apresentada na reunião anual da Société Française d'Économie Rurale (SFER) - Les institutions du développement durable des agricultures du Sud, Journées de Montpellier, realizado de 7 a 9 de novembro de 2005 em Montpellier, França. Tradução de Maria Célia Martins de Souza. Registrado no CCTC, IE-59/2006.

<sup>2</sup>Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: mcmsouza@iea.sp.gov.br).

<sup>3</sup>Jornalista, Mestre (e-mail: isadrigo@terra.com.br).

<sup>4</sup>Economista, Pesquisadora do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD) e Pesquisadora visitante da Faculdade de Economia (FEA), Administração e Contabilidade e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP) (e-mail: piketty@cirad.fr).

dução de café orgânico. As estimativas da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil (ACOB), uma associação que reúne produtores, mostram um rápido crescimento, sobretudo nos últimos cinco anos (Figura 1). Mesmo assim, a produção de café orgânico representa menos do que 0,5% da produção nacional.

No caso da certificação da exploração sustentável dos recursos florestais os projetos de certificação começaram um pouco mais tarde, em meados dos anos 1990 e também apresentam uma expansão significativa da certificação de grandes empresas privadas (Figura 2).

Também nesse caso, as áreas certificadas ainda não representam mais do que uma parte muito pequena se comparada com a área total de florestas exploradas. O crescimento dos projetos de manejo florestal comunitário<sup>5</sup> não é pequeno, mas muitos deles ainda não aderiram à certificação. Atualmente são apenas três os projetos de gestão comunitária certificados, todos situados no Estado do Acre.

### 3 - O PAPEL DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS NO BRASIL

A certificação de um determinado produto desempenha alguns papéis importantes tanto no sentido de facilitar a transação de bens que possuem atributos específicos, que precisam ser verificados e garantidos, quanto no contexto político, econômico e sócio-ambiental em que se insere a produção agrícola e florestal no Brasil, onde a certificação tem se disseminado.

#### 3.1 - Atributo de Crença e Certificação

Os dois tipos de certificação aqui expostos - a certificação da produção orgânica e do manejo florestal comunitário - referem-se tipicamente a um atributo de crença dos bens comercializados. Os atributos de crença não são conhecidos nem antes nem depois do uso dos bens devido aos custos muito altos de aquisição da informação (NELSON, 1970; DARBY e KARNI, 1973 apud CASWELL e MOJDUSZKA, 1996).

A qualidade da madeira proveniente de

<sup>5</sup>Estes projetos são conduzidos pelas comunidades rurais ou extrativistas com gerenciamento comum de suas reservas florestais.

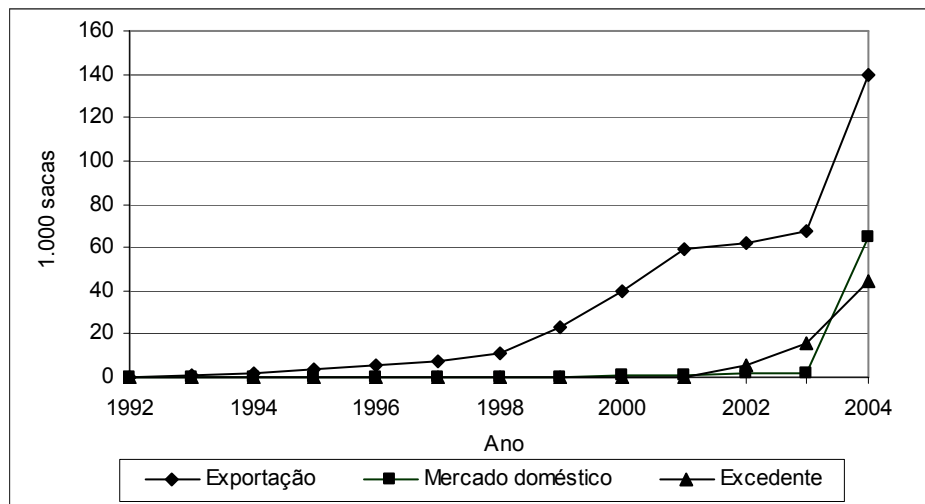
um plano de manejo sustentável, assim como a do café, sem o uso de certos fertilizantes e insumos químicos, não é observável no produto final, em função da grande distância entre os produtores e os consumidores. Por um lado, se está diante de um caso clássico de assimetria de informações, onde o consumidor não pode, sem custos adicionais importantes (os custos de transação), se assegurar da qualidade ambiental do bem que consome. De outro, os produtores não estão, necessariamente, prontos ou não podem facilmente revelar toda a informação sobre o bem que produzem.

Nesse contexto, pode ocorrer um processo de seleção adversa (AKERLOF, 1970): num mercado onde podem coexistir várias formas de qualidade para um mesmo bem, se somente umas das partes realiza a transação, com a informação necessária para avaliar esta qualidade, os produtos de melhor qualidade correm o risco de serem eliminados porque os vendedores não conseguem convencer os consumidores sobre a qualidade superior de seus produtos. Com efeito, para o vendedor, a transação é interessante somente se o valor recebido por um bem de melhor qualidade for maior ou igual àquele do bem de menor qualidade. O comprador, se não tiver os meios para diferenciar os dois produtos, consente em pagar o valor pelo bem de qualidade inferior. Conseqüentemente, os bens de melhor qualidade não são trocados, ou o são muito pouco.

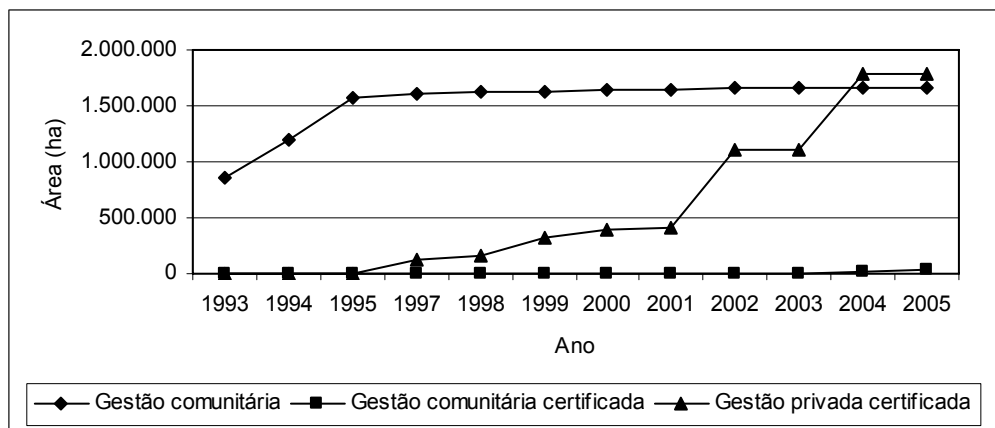
A solução para esse problema é a sinalização da qualidade do produto: o vendedor fornece ao consumidor uma informação confiável sobre a qualidade do bem ou serviço, que elimine, ou pelo menos reduza, a assimetria de informação e o problema da seleção adversa, reduzindo assim os custos de transação. Existem inúmeros meios de revelar essa informação, sendo um deles a certificação. É claro que deve haver uma demanda por este bem de melhor qualidade, a qualidade ambiental no caso deste estudo. É também necessário que o consumidor tenha confiança no processo de certificação. Por isso, as instituições que surgem precisam ter instrumentos para controlar a qualidade da certificação e excluir as eventuais fraudes.

#### 3.2 - Controle e Monitoramento Privado sem a Presença do Estado

Os dois sistemas de certificação anali-



**Figura 1** - Evolução da Produção de Café Orgânico no Brasil. 1992 a 2004.  
Fonte: ACOB (2004) apud Souza; Saes; Dolnokoff (2005).



**Figura 2** - Evolução da Certificação da Exploração Florestal, 1993 a 2005.  
Fonte: Adaptada de FSC (2005).

sados neste artigo possuem muitas similaridades. Eles surgiram dentro de um contexto de preocupações cada vez maiores sobre os efeitos externos negativos da agricultura e da exploração florestal sobre os recursos naturais no Brasil e no mundo. No Brasil, coexiste hoje em dia um *lobby* bastante forte da agricultura produtivista, sem muitas preocupações relacionadas aos seus impactos sobre o meio ambiente<sup>6</sup>, e vários mo-

vimentos sociais que defendem um uso das terras e das florestas mais sustentável sob o aspecto ecológico. Nesse contexto, a certificação surge de iniciativas privadas ou de movimentos sociais específicos que se apresentam como uma alternativa à ausência do Estado ou à sua ineficiência em impor regras a estas atividades produtivas e monitorar seu cumprimento.

No caso do café, por exemplo, a liberalização da cadeia produtiva e a ruptura dos acordos internacionais submeteram o conjunto dos cafeicultores aos riscos do mercado mundial e de suas flutuações. Os preços do café são bastante aleatórios, e sua queda no início dos anos 1990

<sup>6</sup>O que não significa que toda a agricultura produtivista brasileira possa ser chamada de causadora de degradação do meio ambiente e dos recursos naturais, muito pelo contrário.

atingiu um grande número de produtores (Figura 3).

Durante todo o período de forte regulamentação do Estado brasileiro, o preço fixado pelo Governo não diferenciava a qualidade do café, o que valeu ao Brasil uma reputação de um produtor de café de má qualidade, utilizado basicamente na formação de *blends* (SAES e FARINA, 1999; GANDJEAN, 2003). Ora, tanto em nível mundial como nacional, o consumo desse tipo de café está estagnado. Além disso, a concorrência com outros países, como os asiáticos (Indonésia, Vietnam), se torna mais acirrada: o crescimento da produção de café robusta, particularmente no Vietnam e a mudança observada nas técnicas de produção de *blends* permitiram uma substituição do café brasileiro pelo de outros países (SAES et al., 2001).

A diferenciação de produtos tornou-se uma estratégia necessária para tentar conquistar novos nichos de mercado. Em princípio, o objetivo é melhorar a qualidade “gustativa” do café, seja ela associada a um território, a técnicas de produção ou a formas particulares de consumo, como o expresso, o café solúvel, etc. Para estimular os produtores a investirem em qualidade, empresas como a *Illycafé*, começaram a organizar concursos de qualidade para selecionar seus fornecedores e lhes assegurar um preço de venda mais elevado, cerca de 20% a 30% em relação ao preço mundial (SAES et al., 2001). A partir de 1992, os produtores de café orgânico começaram a aparecer pontualmente. Foi preciso esperar até 2001 para que um número maior de produtores se interessasse por essa forma de diferenciação, depois que um produtor de café orgânico ganhou o prêmio “*Cup of Excellence*” brasileiro, um concurso organizado pela Brazil Specialty Coffee Association (BSCA). O vencedor chegou a vender sua produção por US\$735 a saca (60kg) enquanto o preço internacional alcançava um nível bem mais baixo, de US\$35 por saca. Este adicional de preço foi um estímulo suficiente para convencer um número maior de cafeicultores que se converteram à produção orgânica (SOUZA; SAES; DOLNOKOFF, 2005).

A certificação da exploração sustentável comunitária dos recursos florestais tende a se sobrepor às regras públicas de gestão sustentável desses recursos, que já existem há alguns anos no Brasil, mas se mostram bastante ineficientes. Na verdade, a legislação é, na teoria,

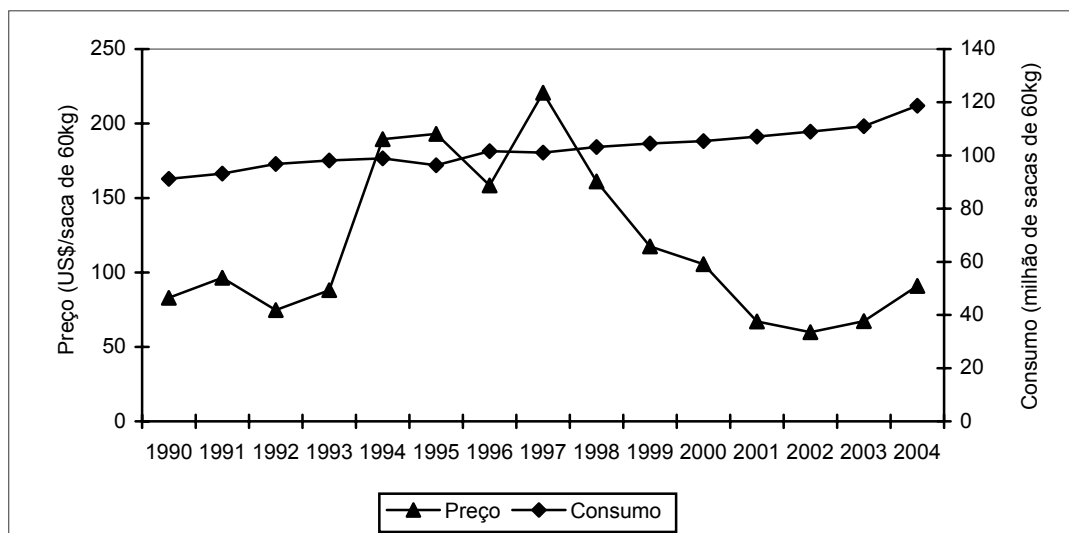
bastante exigente. A madeira pode ser originária legalmente de duas fontes: dos planos de manejo sustentável dos maciços florestais, sejam de pequenas ou grandes empresas privadas, ou provenientes de projetos comunitários<sup>7</sup>, e das autorizações de desmatamento, estas últimas sendo limitadas a 20% da superfície de cada propriedade rural.

Os dois tipos de autorização são normalmente concedidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Na prática, existem inúmeros problemas para implementar o controle dessas regras, pois a corrupção é muito forte<sup>8</sup> em certas regiões, além da fragilidade dos meios que o IBAMA dispõe para poder controlar o conjunto do território da Amazônia. Ao mesmo tempo o World Wildlife Fund (WWF) introduziu no Brasil em 1996 a certificação da Forest Stewardship Council (FSC), uma organização internacional que, desde o começo dos anos 1990, implementou um sistema de certificação da exploração sustentável de florestas reconhecido internacionalmente. Atualmente há 55 milhões de hectares de florestas no mundo que são certificadas pela FSC. A Amazônia brasileira tem 1,13 milhão de hectares de florestas certificadas, a maior parte gerenciada por grandes empresas privadas (FSC, 2005).

Os projetos de certificação comunitária são geralmente apoiados por organizações ambientalistas ou de apoio aos agricultores, e são em grande parte financiadas por fundos públicos como o PPG7, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Brasileiras. Um dos incentivos para a adesão aos projetos de manejo florestal comunitário e à certificação é a esperança de elevar os ganhos dos agricultores e extrativistas, uma vez que o preço da madeira certificada gira em torno de US\$180 e US\$280/m<sup>3</sup>, enquanto o preço médio da madeira não certificada fica em torno

<sup>7</sup>Até 2002, os pequenos e médios proprietários rurais não tinham obrigação de ter planos de manejo sustentável de suas reservas florestais. Depois disso, o Governo promulgou uma lei que define as regras para três tipos possíveis de manejo sustentável: o manejo sustentável de grandes empresas privadas, o dito de “pequena escala” e o comunitário.

<sup>8</sup>Em 2005 cerca de 50 funcionários do IBAMA em Mato Grosso foram detidos por suspeitas de terem participado de uma fraude em massa, que consistia do fornecimento de falsas autorizações de transporte de madeira, que teoricamente representavam a prova de que a madeira transportada provinha de planos de manejo sustentável.



**Figura 3** - Consumo Mundial e Preço de Café, 1990 a 2004.  
Fonte: Adaptada de SAES; SAES (2005).

de US\$40 a 60/m<sup>3</sup>. No âmbito das comunidades tradicionais extrativistas, a gestão comunitária é também vista como um meio suplementar de frear o desmatamento pelos colonos que migram de outras regiões para os assentamentos e reservas extrativistas.

#### 4 - CERTIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Como visto acima, a certificação exerce um duplo papel no contexto político, econômico e sócio-ambiental brasileiro. Por um lado, substitui o controle do Estado onde ele é inexistente ou ineficiente e, ao mesmo tempo, facilita a transação do café orgânico e da madeira sustentável, uma vez que possuem atributos de crença, não observáveis no produto final pelos consumidores e que necessitam, *a priori*, estar garantidos. Daqui por diante, cabe indagar se os objetivos de sustentabilidade, incluídos nos princípios das normas de certificação da produção orgânica e do manejo florestal comunitário, estão sendo atingidos e quais são os fatores que ainda constroem o alcance desses objetivos.

##### 4.1 - Viabilidade Econômica da Produção Orgânica e Florestal Certificada

O produtor de café que deseja se converter ao sistema de produção orgânico deve pri-

meiro procurar um organismo de certificação, que fornecerá as informações sobre as normas técnicas e indicará os serviços de apoio que podem orientá-lo para implementar as regras de produção e de comercialização, o que permitirá a obtenção do certificado. Atualmente existem 14 certificadores orgânicos no Brasil que certificam o café: 4 nacionais, os pioneiros no setor, AAOCERT e IBD, a Fundação Mokiti Okada e a APAN; 6 estrangeiros: a BCS (Alemanha), a ECOCERT (França), a FVO (Estados Unidos), a IMO (Suíça), a SKAL (Holanda) e OIA Brasil (Argentina), além de 4 locais.

Os produtores de café orgânico recebem um diferencial médio de preços em torno de 35% com relação ao preço do café convencional. Mas os custos de produção também podem ser mais elevados devido ao aumento da exigência de mão-de-obra e às oscilações da produtividade. Alguns produtores chegam a reduzir seus custos a cerca de 80% do custo de produção do café convencional enquanto outros vêem seus custos se elevarem a mais de 135% do custo de produção do café convencional (SAES et al., 2001). As principais ameaças à viabilidade econômica da produção de café orgânico estão relacionadas aos custos do período de conversão, ao custo da certificação e à incerteza de encontrar um comprador, se ele ainda não o tem.

Portanto, durante um período que pode ser de 12 a 24 meses, conforme o certificador, o produtor, que já assumiu o risco de parar com o

uso de produtos químicos não autorizados, recebe um certificado de conversão, mas ainda não pode vender o produto com a denominação de orgânico. Com frequência, o não uso destes produtos deve ser compensado pelo maior emprego de mão-de-obra. O produtor pode então ficar numa situação bastante crítica se seus rendimentos baixarem muito e o preço do café convencional for pouco remunerador.

Os custos do período de transição devem, pois, ser assumidos pelo produtor. O chamado “período de conversão” onde não há permissão para uso de selo de certificação no café nem que se faça menção à denominação “produto orgânico” é bastante custoso. Além disso, não existem políticas nem disponibilidade de linhas de crédito específicas para financiar o período de conversão, por exemplo, que permitam atenuar esse efeito sobre os produtores. Um “selo de conversão” que permitisse ao produtor comunicar a diferenciação do produto, mas não ainda sua qualidade orgânica final, embora tenha sido levantado como uma possível regra de incentivo para a transição foi descartada pelos organismos de certificação, pois, na visão destes, causaria uma confusão na sinalização para os consumidores finais, já que eles teriam de saber distinguir entre os diferentes rótulos que estariam disponíveis nos mercados.

Uma vez que a etapa de conversão foi vencida e o produtor conquistou o direito do uso do selo de certificação, inicia-se outra etapa de custo, o de manutenção da certificação, que não pode ser negligenciado e irá variar de produtor para produtor e de certificador para certificador. O custo de manutenção da certificação é composto pelo custo das auditorias externas anuais e a taxa anual de certificação, conforme o valor estipulado no Contrato de Certificação (Tabela 1).

O controle da certificação é feito por meio de visitas periódicas. Quanto mais as normas forem reconhecidas, mais cara é a obtenção do certificado, já que os custos dependem do número de mercados que estão abertos pelo certificado, pois nem todos são reconhecidos nos principais países importadores. Por exemplo, a AOCERT que certifica um grande número de produtores ainda não tem reconhecimento internacional, o que não permite exportar para os principais países compradores. A certificação do IBD é reconhecida nos principais mercados que são a União Européia, os Estados Unidos e o Japão. A

certificação da Fundação Mokiti Okada abre o mercado japonês, as da SKAL e da FVO atendem ao mercado norte-americano (SILVA FILHO; PALLET; BRABET, 2002). Os custos podem ser dobrados ou triplicados, pois as diferentes empresas de torrefação não exigem os mesmos certificados.

Além disso, para aqueles que desejam exportar, é preciso estar em conformidade com as regras específicas dos grandes países importadores (Europa, Estados Unidos e Japão), que não são homogêneas. Nenhum dos certificadores, com exceção da Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)<sup>9</sup>, garante que o produto será vendido. Pode acontecer de o produtor certificado por um determinado certificador só encontrar um comprador que exige outro certificado, o que pode fazer, em última instância, com que ele venda seu café como café convencional.

No caso da certificação da exploração comunitária de recursos florestais, tanto em Pedro Peixoto quanto em Porto Dias, a certificação é financiada por fundos públicos nacionais e internacionais, até o momento a fundo perdido. Em tese, os projetos certificados de manejo comunitário são viáveis no plano econômico se o conjunto dos cortes previstos forem realizados e vendidos. Em Porto Dias, a associação avalia que cada participante poderia ganhar em média R\$1.500 por ano. Em Pedro Peixoto, o projeto deveria gerar uma receita bruta de R\$1.200/ano para cada agricultor. As despesas com a produção são em média de 50% desse valor, assim o benefício anual líquido para cada agricultor seria de R\$600,00.

Na realidade, os cortes não podem ser sempre realizados, já que as vendas estão longe de serem feitas no preço previsto, pois a viabilidade econômica foi calculada na hipótese que não haveria desistência dos participantes do projeto. Além disso, os colonos não qualificados para realizar as operações florestais são obrigados a subcontratar, o que aumenta muito os custos do manejo. Quando a questão da percepção dos custos é levantada, como em Pedro Peixoto, os colonos pesquisados revelam desconhecimento e se referem à EMBRAPA, que ainda gerenciava este aspecto dos projetos até 2005. No caso dos maneja -

<sup>9</sup>Certificador de produtos do comércio solidário (*fair trade*), que não são, necessariamente, orgânicos.

TABELA 1 - Custo Anual da Certificação de Café Orgânico (em US\$), em Função da Área

| Área cultivada   | < 5,0ha | 10 a 100ha | 101 a 300ha | > 300ha |
|--|---------|------------|-------------|---------|
| Mercado interno <sup>1</sup>                                   | 250     | 400        | 1.000       | 1.600   |
| Mercado externo (União Européia e Estados Unidos) <sup>2</sup> | 1.200   | 2.000      | 4.000       | 6.000   |

<sup>1</sup>Valor médio de um organismo de certificação brasileiro. Certificado válido apenas para o mercado interno.

<sup>2</sup>Valor médio de um organismo de certificação estrangeiro. Certificado válido para a União Européia e Estados Unidos.

Fonte: Drigo (2006).

dores do Assentamento Extrativista de Porto Dias a percepção de custos é maior. Essa maior percepção se deve, em parte, porque desde o início do projeto de manejo comunitário florestal estava prevista a capacitação dos participantes, para que eles pudessem por eles mesmos gerenciar os diferentes aspectos do projeto de certificação, mas na prática isso não ocorre. No contexto atual, em fonte de financiamento externo os projetos não seriam possíveis. Por fim, os custos da certificação não são pequenos, sendo estimados em US\$8.000 por comunidade no primeiro ano (obtenção do certificado), além da verificação anual em torno de US\$1.200 (despesas de operações).

#### 4.2 - Sustentabilidade Ambiental

Nos dois casos estudados, o objetivo principal é garantir que o produto vendido provenha de um sistema de produção sustentável na esfera ambiental, ou pelo menos que existam menos externalidades negativas sobre o meio ambiente. O café orgânico requer principalmente o não uso de pesticidas e outros produtos químicos. A exploração sustentável dos recursos florestais é determinada essencialmente pelos planos de manejo que permitem a regeneração dos recursos no longo prazo, com base em períodos de rotação de 30 anos.

No caso do café orgânico, os padrões dos organismos de certificação seguem as diretrizes determinadas pela International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM). Listas de produtos permitidos são estabelecidas para substituir os produtos químicos utilizados na produção de café convencional. Nesse contexto, torna-se obrigatório que os produtores orgânicos "protejam-se" dos vizinhos que empreguem agrotóxicos que podem vir a "contaminar" a produção orgânica. Essa proteção na maior parte dos casos exige que o produtor orgânico invista na implantação de barreiras naturais. Essa necessida-

de é geralmente respeitada pelo conjunto dos agricultores, e tende até a estimular os efeitos de vizinhança, uma vez que um produtor de café orgânico tem muito interesse, no curto prazo, que seu vizinho também adote o sistema de produção orgânico a fim de evitar os investimentos nas barreiras naturais.

A externalidade ambiental mais difícil de contornar está ligada ao abastecimento de água nas regiões onde os mananciais são bastante poluídos. Teoricamente, a água proveniente dos mananciais poluídos deveria passar por um processo de saneamento antes de ser utilizada nos cultivos orgânicos. Entretanto, na prática isso requer pesados investimentos em sistemas de captação e decantação que estão fora das condições de um grande número de produtores. Esta é a razão pela qual a maioria dos organismos de certificação não aplica este item da norma como um impedimento à certificação. Espera-se que os produtores empenhem-se em ações junto aos serviços públicos e à vizinhança para promover a despoluição dos córregos. Na prática, esse engajamento pouco ocorre. Enfim, a lista de produtos autorizados ou não pelos sistemas de produção orgânicos deve em geral ser renovada regularmente, à medida que os efeitos de certos produtos sejam mais bem conhecidos. A própria IFOAM revisa suas normas, no início a cada dois, e atualmente a cada três anos.

No caso dos organismos brasileiros de certificação, conforme seu grau de profissionalismo, esta revisão nem sempre é feita de modo tão sistemático. Assim, a AAOCERT, por exemplo, que certifica um grande número de produtores orgânicos, aceitava, até recentemente, o uso de sulfato de potássio de origem química em pequenas quantidades no início dos cultivos, apesar de o uso deste insumo já estar proibido há muitos anos por outros certificadores. Finalmente, em 2005, este organismo de certificação foi obrigado também a proibir o uso do sulfato de potássio de origem química, ainda que somente no início do cultivo orgânico. Esta mudança custou à AAOCERT uma sé-

rie de conflitos com seus produtores certificados que alegam que o insumo substituto, ambientalmente mais correto, o sulfato de potássio de origem natural, extraído de rochas, não se encontra facilmente no mercado de insumos nacional o que eleva ainda mais os custos da produção orgânica certificada. Esse fato exemplifica que há ainda uma distância, especialmente no que se refere à oferta de insumos “ecologicamente corretos” e ao que exigem as Normas de Produção Orgânica. Esse elo da cadeia de produtos orgânicos está aquém de atender a leva de produtores que buscam uma certificação orgânica.

No caso do manejo florestal certificado também ainda há diferentes regras operando ao mesmo tempo. Por exemplo, no projeto certificado de Pedro Peixoto, o IBAMA autorizou um ciclo de exploração de apenas 10 anos, considerando o baixíssimo impacto da exploração. Porém, os estudos de manejo florestal existentes sustentam que o ideal é um ciclo de 30 anos. Isso continua bastante discutível, mas não impediu que o projeto obtenha a certificação da FSC. Por outro lado, o impacto esperado da certificação sobre a sustentabilidade ecológica no manejo dos recursos florestais é acima de tudo reduzir os riscos de desmatamento graças a uma maior valorização desses recursos. Em tese, a legislação florestal em vigor no Brasil obriga os agricultores ou extrativistas da Amazônia a conservar 80% de sua propriedade em florestas, sobre as quais é possível por em prática um plano de manejo sustentável de essências florestais com autorização do IBAMA.

Na prática, essa legislação é muito pouco respeitada. Espera-se que os projetos de certificação contribuam para reduzir o risco de o proprietário desmatar ilegalmente sua reserva florestal, ao elevar os ganhos potenciais da exploração sustentável da madeira. Entretanto, existe uma falha nesse sistema que está ligada a um comportamento freqüente, mas não contemplado na certificação FSC: o investimento dos ganhos provenientes da venda de produtos certificados em atividades naturalmente mais rentáveis, como a agropecuária. Sob esse ponto de vista, os levantamentos realizados em Pedro Peixoto, um projeto constituído principalmente por agricultores, mostram que a maior parte dos participantes pensa em investir os ganhos na agricultura ou pecuária, o que pode se traduzir afinal num aumento do desmatamento. Esse tipo de consequência, não desejável no que se refere à sustentabilidade ambiental,

porém previsível com relação à viabilidade econômica (TONI e CARVALHO, 2005), já foi observado quando o Estado do Acre implementou no passado políticas de sustentação de preços de produtos florestais não madeireiros como a borracha e a castanha do Brasil. Observou-se que os ganhos obtidos pelos produtores acabaram também por ser investidos na pecuária bovina (TONI e CARVALHO, 2005) que por consequência gerou mais desmatamento.

Sobre essa questão, o risco poderia ser o mesmo para o café orgânico: o que garante que a maior parcela dos ganhos de um produtor orgânico sobre uma parte ou toda a produção não será aplicada em atividades com fortes impactos negativos sobre o meio ambiente? Isso é possível, mas não há evidências empíricas. O risco nesse caso é menor por vários motivos. O primeiro está relacionado à especialização dos agricultores, que são tradicionalmente produtores de café e se houver investimento dos ganhos, será provavelmente na própria produção cafeeira. Por outro lado, nesse setor, a Organização Internacional do Café (OMC) tem promovido a adoção de boas práticas agrícolas para os produtores convencionais, que podem servir de paliativo, mesmo não sendo ainda amplamente adotadas. O contexto social também é diferente e mais constrangedor a esse tipo de comportamento. Além disso, uma grande parte dos produtores de café orgânico escolheu esse sistema por ideologia. Entretanto, a rentabilidade dos orgânicos atrai mais produtores, os chamados “minimalistas” segundo Goodman e Goodman (2001), que estão mais interessados nos possíveis ganhos e teriam maior propensão a ter um comportamento mais oportunista com relação às questões ambientais. Sob esse ponto de vista, a dicotomia ideologista/minimalista do café orgânico é bem comparável com aquela que diferencia extrativistas e agricultores no caso do manejo florestal.

A rigidez das regras ambientais que devem ser seguidas para poder aderir a um projeto de certificação florestal estimula eventualmente a desistência de alguns produtores. Assim, a lei sobre a reserva legal já é um motivo que levou alguns participantes de Pedro Peixoto a desistir: normalmente, só os agricultores que têm 80% de sua área com floresta podem aderir a novos projetos de certificação. Caso se encontrem fora desse contexto, eles poderiam regularizar sua situação com a recomposição da reserva florestal, o que limita as adesões, pois um grande nú-



mero de propriedades rurais não tem mais os 80% de reservas florestais. A lei sobre a proporção de reserva legal anterior que determinava 50% da área total da propriedade passou a exigir os 80% em 1996. Em média um agricultor familiar na Amazônia possui entre 50 e 100 hectares. Em todas as regiões de difícil acesso, viver com 10 a 20 hectares não permite, na melhor das hipóteses, mais do que sua subsistência.

### 4.3 - Requisitos Sociais na Certificação Ambiental

A certificação ambiental não se baseia em princípios de equidade social, porém a maior parte dos organismos de certificação estabelece em suas normas um certo número de regras sociais como a qualidade dos contratos e das condições de trabalho, entre outras. De modo geral, conforme Farina e Reardon (2000), os processos de diferenciação e de certificação da qualidade de produtos agroalimentares nos países do MERCOSUL, tendem com frequência a se traduzir por uma certa concentração do setor e, eventualmente, à exclusão dos mais pobres e das empresas de alimentos de pequeno porte. É o que aconteceu, por exemplo, no caso do setor leiteiro no Brasil e na Argentina (JANK; FARINA; GALAN, 1999). O reagrupamento em cooperativas permite aumentar a participação destes atores.

No que diz respeito ao café orgânico, a situação é um pouco diferente, já que são justamente os produtores mais pobres que têm, em tese, as maiores chances de praticar sistemas de produção que utilizam poucos insumos. Esta, aliás, é a razão pela qual os produtores organizados pela Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)<sup>10</sup>, organismo que viabiliza a certificação do café pela Max Havelaar, cujo selo busca sobretudo valorizar a equidade da produção, entram mais facilmente no mercado de café orgânico porque já produziam sem insumos químicos. Não existem estatísticas que permitam estimar qual a margem de lucro que cabe aos

<sup>10</sup>Existem atualmente sete comunidades de produtores de café certificados pela FLO no Brasil. É muito pouco, quando se considera a importância do setor cafeeiro para os agricultores familiares. Isso se deve ao fato de o Brasil não ter uma imagem de País onde a agricultura familiar é importante em comparação com os países da América Central, por exemplo, onde os projetos de certificação da FLO são bem mais numerosos.

produtores de café orgânico. De acordo com Saes et al. (2001), a superfície média de produtores de café orgânico pesquisados em Minas Gerais é muito variável, mas a maior parte é de médios produtores que dispõem de 200 a 300 hectares<sup>11</sup>.

Os principais obstáculos para os agricultores mais pobres são o risco da conversão para a produção orgânica e o custo da certificação. Na verdade, contando com recursos limitados, eles estão menos capacitados a correr riscos. Ora, a conversão para a agricultura orgânica pode apresentar alguns riscos. Além disso, o custo da certificação não pode ser negligenciado e só poderia ser reduzido com a certificação participativa e em grupo. Atualmente a certificação participativa não tem reconhecimento internacional, apesar dos esforços da IFOAM nesse sentido.

No caso da exploração sustentável de madeira, como foi visto, sem intervenção pública, são na grande maioria as grandes madeireiras do setor privado que se lançam com sucesso na certificação. Ao deixar o mercado operar sozinho, há pouca chance de ver muitos comunitários ou pequenos proprietários seguirem a mesma dinâmica, com exceção talvez dos comunitários extrativistas. Todos os projetos de certificação comunitária estão ligados a iniciativas de organismos governamentais ou a ONGs que se beneficiam de apoio público. Os critérios de seleção dos projetos de certificação estudados estão ligados basicamente à organização social (existência de associações, compromisso de ficar nessa organização por um período mínimo) e, é claro, à presença de reservas florestais. Inicialmente, estes critérios de seleção e de escolha de um manejo comunitário tendem a favorecer maior equidade. Porém, conforme o andamento do projeto e em particular do capital social acumulado pelos participantes, essa equidade é mais ou menos posta em questão (DRIGO, 2005). Os projetos não têm percebido as diferenças entre os indivíduos e famílias intra-grupo. Por exemplo, alguns indivíduos ou famílias possuem relações ou laços sociais mais amplos e mais fortes ou mesmo mais experiência para negociar. Se o restante do grupo não consegue acompanhar, estes indivíduos acabam saindo em vantagem em algumas transações, porque exploram mais, e até mesmo a comercializar diretamente o produto final do manejo, sem necessidade de

<sup>11</sup>Os produtores de café orgânico representam 28% do total de produtores de cafés especiais pesquisados, cuja área de produção varia de 12 a 3.300 hectares.

passar pelo grupo.

Quanto a esse aspecto é interessante comparar os casos de Pedro Peixoto e de Porto Dias. O primeiro é composto de agricultores cada qual possuindo um lote de 80 hectares, 40 dos quais composto por floresta. Eles exploram suas reservas florestais, segundo um plano de manejo e um plano de corte decidido antecipadamente. Os equipamentos necessários ao manejo são fornecidos pela EMBRAPA e, normalmente, estão disponíveis para todos os participantes. Entretanto, há problemas de gestão no uso dos equipamentos, o que acaba por concentrar o uso em poucos colonos, e na ausência de regras para o uso comunitário o cumprimento dos planos de corte fica comprometido.

Além disso, os benefícios oriundos da exploração cabem unicamente ao proprietário da parcela. Ocorre então uma diferenciação importante no nível de ganhos obtidos uma vez que os lotes são heterogêneos em termos de espécies de árvores que fornecem madeiras mais comerciais. Tendo em conta os pequenos benefícios recebidos pelos colonos, apesar de alguns anos de existência do projeto de certificação, novas adesões não acontecem. No assentamento de Porto Dias, ao contrário, composto por uma comunidade extrativista tradicional, o passivo mais rico de atividades comunitárias contribuía para o manejo da floresta em termos mais sustentáveis. Os benefícios da exploração dos recursos florestais são repartidos igualmente entre os diversos participantes. Os problemas citados anteriormente, com relação ao uso de equipamentos comuns praticamente não existem. É esse projeto que apresenta as melhores perspectivas. Porém, isso pode ser colocado em questão pela próxima geração, representada pelos filhos de comunitários extrativistas, que não dispõem do mesmo passivo que seus pais e tendem a por em cheque os valores simbólicos de sua luta (TONI e CARVALHO, 2005; DRIGO, 2005).

## 5 - Organizações e seu Papel no Desempenho da Certificação

Diferentes organizações, com diferentes objetivos, atuam ou influenciam os processos de certificação: desde as organizações de produtores, passando pelos movimentos sociais, o mercado e órgãos públicos. A maneira como essas organizações atuam no processo da certifi-

cação orgânica do café e da madeira sustentável também irá contribuir para o melhor ou pior desempenho desse mecanismo em atingir a sustentabilidade econômica, ambiental e social tão almejada como apresentado na seção anterior.

### 5.1 - Quem é Quem na Certificação

O aumento do número de organismos de certificação de produtos orgânicos tem sido muito rápido: em 2004 podiam ser encontrados 17 certificadores no Brasil, 14 dos quais certificando o café. Esse crescimento tem aspectos positivos e negativos. Entre os positivos pode-se citar a ocorrência de uma certa adaptação das normas de cada certificador, de tal modo que um número maior de produtores pudesse entrar nesse mercado. A concorrência entre os organismos de certificação aumenta, e depois de dois ou três anos, começa a se observar uma certa redução de seus custos. Contudo, esta redução de custos devido à entrada de mais certificadores é uma faca de dois gumes, pois o trabalho de avaliação da conformidade e o controle dos produtores já certificados exigem que o organismo de certificação invista em constante atualização e qualificação de seus quadros funcionais. Investir menos ou pouco na qualidade interna dos serviços dos certificadores significa deixar de garantir uma boa capacidade de avaliação e controle a jusante do processo de certificação.

Assim, os organismos de certificação muito "baratos" sofreram problemas de reputação. Além disso, a multiplicação de organismos de certificação não facilita, necessariamente, a vida dos produtores. Na prática, o comprador determina qual será o organismo de certificação que ele irá aceitar, porque "confia" mais neste ou naquele. O que ocorre com frequência é que os produtores têm de buscar obter a certificação com mais de um organismo, a depender do mercado para o qual querem vender seus produtos, ou de acordo com a exigência de seus compradores.

No caso da madeira, a situação é inversa: a norma da FSC é muito rígida. O organismo internacional estabeleceu 10 princípios e cada país escolhe os critérios e indicadores que permitirão atendê-los. O grupo FSC Brasil foi estabelecido em 1996, constituído de um conselho diretor e três câmaras, que tratam de questões ambientais, sociais e econômicas. Elas são compostas

de representantes da sociedade civil, das comunidades e de madeireiros. No mundo todo existem 15 organismos de certificação reconhecidos pela FSC, dos quais quatro, todos estrangeiros, operam no Brasil. Na certificação comunitária, apenas um deles - a SMARTWOOD - certifica a maior parte dos projetos, por intermédio do IMAFLORA.

Certos princípios são muito rígidos e de difícil aplicação, principalmente os que tratam de direitos de propriedade. Geralmente, a norma FSC exige que os participantes tenham um título de propriedade. No Brasil, a maior parte dos produtores não tem mais do que um certificado de posse, que não é reconhecido pela FSC, e sem isso poucos produtores puderam entrar nos projetos de certificação. Outra exigência de difícil cumprimento para os colonos e extrativistas que querem aderir à certificação do FSC é fazer com que seus vizinhos respeitem as áreas de manejo não ateando fogo e não invadindo para caçar ou coletar produtos florestais. Na Amazônia, onde os direitos sobre a terra são extremamente mal definidos, ações como essa são muito difíceis. De um modo geral, o procedimento de obtenção do certificado é bastante pesado para os pequenos proprietários ou para as comunidades que não podem se lançar espontaneamente num empreendimento como este. Desde 2003, sob pressão do Brasil, e especialmente da Bolívia, a FSC introduziu um sistema simplificado de certificação, adaptado aos projetos comunitários e às propriedades de pequeno porte, mas este modelo ainda não foi avaliado.

## 5.2 - O Papel das Organizações Públicas

A certificação de cafés especiais partiu de um movimento de produtores, que procuravam de um modo ou de outro, entrar e depois proteger um mercado particular. No caso específico do café orgânico, há uma crença entre um grupo de produtores da necessidade de se promover práticas agrícolas mais harmoniosas com o meio ambiente.

Nesse contexto, as organizações públicas estão inicialmente muito pouco presentes e bem defasadas nesse processo, apesar do papel importante que podem desempenhar. Farina et al. (2002) mostram que no setor de orgânicos em geral, os produtores sofrem com a falta de

pesquisas e de apoio técnico. Só muito recentemente que a EMBRAPA e outras instituições públicas de pesquisa, como o Instituto Agrônomo de Campinas, começaram a ter alguns recursos para trabalhar com orgânicos. Pode-se destacar a respeito do financiamento da pesquisa agrônoma que a EMBRAPA, em particular, desde o início dos anos 1970, é considerada como um dos pilares do sucesso do setor agrícola brasileiro. No que se refere ao crédito, não há uma linha que permita financiar a conversão para a produção orgânica, somente os produtores já certificados podem se beneficiar de algumas pequenas linhas de crédito existentes. Por fim, a legislação que deveria regulamentar o setor começou a ser elaborada em 1999. Ela já foi votada, mas ainda não foi regulamentada, o que não facilita o funcionamento das cadeias produtivas, pois muitas práticas e insumos ainda são permitidos.

No caso da madeira, os projetos de certificação comunitária dependem completamente, de uma forma direta ou indireta, de organizações públicas e de suas fontes de financiamento. As experiências analisadas não parecem ter qualquer viabilidade própria sem essa intervenção. Ora, esta falta de viabilidade está em grande parte relacionada à falta de mercados reais e facilmente acessíveis para os produtores. Algumas iniciativas de colocar em prática os contratos entre os comunitários e as empresas de transformação de madeira estão sendo testadas atualmente, a fim de assegurar mercados que deveriam ser uma prévia da certificação. A infra-estrutura deficiente não facilita em nada o funcionamento destes mercados. Além disso, a ausência de controle eficiente da exploração de florestas possibilita a entrada no mercado de grandes quantidades de madeira produzidas de modo ilegal, a preços que desafiam toda a concorrência. Existem, portanto, diversos pré-requisitos que dependem do bom funcionamento das organizações públicas que a certificação não poderia substituir.

## 5.3 - Incerteza da Demanda: qual mercado para os produtos certificados?

Conforme assinalou-se na primeira seção, a certificação ambiental tem como objetivo reduzir os custos de transação entre vendedores e compradores, ao garantir ao comprador que o bem que ele consome a um preço mais elevado

tem como base sistemas de produção sustentáveis no plano ambiental. Uma das condições para que ela mantenha uma oferta sustentável é evidentemente que a demanda seja significativa.

São poucos os estudos que avaliam de modo preciso a demanda pelo café orgânico e pela madeira sustentável. Para o café orgânico a principal demanda vem do mercado externo. O consumidor brasileiro com frequência não sabe definir o café orgânico e é mais sensível à variável preço, à marca e à pureza do café. Levantamentos realizados em alguns supermercados de São Paulo e Belo Horizonte mostram que os consumidores não identificam o café orgânico (SAES et al., 2001). Tendo em conta que estas duas cidades fazem parte de regiões mais desenvolvidas do Brasil, pode-se sem muita margem de erro extrapolar este resultado a outras partes do País.

No que se refere ao mercado internacional, Dankers e Liu (2003) estimam que o café orgânico represente 0,8% do mercado norte-americano e europeu. O preço do café orgânico geralmente segue as cotações do mercado internacional, com uma margem que é, em média, um pouco superior a US\$100 por tonelada. Quando os preços do café estão em baixa, os produtores de café orgânico se saem um pouco menos mal, mas eles têm perdas como os outros. A relação inversa também ocorre. Em 2005, com a revalorização do preço do café convencional, a diferença de preço não alcançou mais do que US\$60, o que levou alguns produtores a sair do mercado orgânico.

Isso está ligado a dois efeitos. De um lado, alguns produtores têm contratos de mais longo prazo com empresas que fixam o preço antecipadamente. Quando os preços do café orgânico estão em alta eles se tornam “perdedores” e procuram retornar ao sistema convencional. Por outro, com o aumento da produção, houve um excesso de oferta neste ano, o que fez com que alguns produtores não encontrassem compradores e vendessem seu café aos preços do convencional, o que é um desestímulo para se manter no sistema de produção orgânico. Por fim, só a certificação de uma produção sem agrotóxicos não é suficiente para determinar um valor adicional com relação ao preço do café convencional no mercado externo: os importadores também demandam a qualidade gustativa do produto (SAES et al., 2001).

No caso da madeira, a incerteza tam-

bém é muito grande, mesmo com a demanda crescente. A maior parte da madeira proveniente de manejo comunitário na Amazônia é destinada ao mercado interno enquanto a madeira certificada das grandes empresas privadas é exportada para o mercado internacional. Um estudo recente estima que no Estado de São Paulo existiria uma demanda por madeira certificada equivalente a 20% do total de madeira consumida. Isso representa 1,2 bilhão de m<sup>3</sup> anualmente, somente para esse estado, uma cifra bem superior à da produção atual, estimada em aproximadamente 800.000 m<sup>3</sup> (SOBRAL et al. 2002; IMAFLORA; SMARTWOOD, 2005; SCS, 2005).

Contudo, por trás desses valores, a realidade é um pouco diferente para os comunitários. No caso de Porto Dias, em 1997, os primeiros volumes foram vendidos com facilidade no mercado local: a comunidade ainda não tinha obtido a certificação FSC e o preço de venda foi muito baixo, o que já desencorajou uma parte significativa dos participantes iniciais. Em 1998 e 1999, o projeto de certificação ainda estava em tramitação e as condições de acesso foram tão desfavoráveis que os cortes previstos não puderam ocorrer. Finalmente, em 2001, a comunidade encontrou um cliente da Região Sudeste. Novos investimentos foram feitos para controlar a qualidade de suas explorações. Entretanto, na hora da venda soube-se que não havia contratos formais entre a comunidade e o comprador, que ficou decepcionado com a qualidade da madeira e simplesmente recusou-se a comprar o lote que acabou não sendo vendido.

## 6 - CONCLUSÕES

A análise dos dois estudos de caso de certificação ambiental mostra que os processos são ainda muito frágeis. Seu desenvolvimento busca contornar as deficiências do Estado, mas a certificação, por si só, não pode em nenhum caso dar conta de todos os desafios da sustentabilidade. Os custos de entrada e de manutenção da certificação são importantes, tanto no caso do café orgânico, um mercado onde operam vários certificadores, quanto no caso da madeira, que conta com apenas um organismo certificador no Brasil. Não existe ainda uma regra de transição ou políticas públicas, como crédito específico, por exemplo, diretamente voltadas a facilitar o custoso “período de conver-

são”, em especial no caso do café orgânico.

A incerteza que ainda predomina quanto aos canais de comercialização para a produção é um dos problemas mais importantes para os produtores que entram em sistemas de produção mais sustentáveis. Deve-se ainda salientar a importância do tipo de ator que adere a esse movimento: os pioneiros mostram geralmente uma crença mais forte nos valores ambientais e entram na certificação por convicção. De um lado, essa convicção e as práticas que desenvolvem

não são forçosamente transportáveis a todos os tipos de atores, o que torna a certificação um processo excludente. Por outro lado, quanto mais o setor se mostra rentável, maior o risco de atrair atores menos comprometidos com os ideais do movimento, assim como os mais oportunistas cujo principal objetivo é apenas a esperança de obter ganhos adicionais. Sem um mínimo controle dos efeitos colaterais desse novo tipo de ator, os objetivos de longo prazo da certificação ambiental podem ser comprometidos.

## LITERATURA CITADA

AKERLOF, G. A. The markets for “Lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, n. 84, p. 488-500, 1970.

CASWELL, J.; MOJDUSZKA, E. M. Using informational labeling to influence the market of quality in food products. **American Journal of Agricultural Economics**, n. 78, p. 1248-1253, 1996.

CERTIFICATION REPORT PUBLIC SUMMARIES - SCS. 2005. Disponível em: <[http://www.scs-certified.com/forestry/forest\\_certclients.html#southamerica](http://www.scs-certified.com/forestry/forest_certclients.html#southamerica)>.

DANKERS, C.; LIU, P. **Environmental and social standards, certification and labelling for cash crops**. Rome: FAO, 2003, p.104.

DRIGO, I. Mais agricultura ou mais floresta : o papel da certificação florestal comunitária em um projeto de assentamento agroextrativista no Estado do Acre. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** p. 18.

\_\_\_\_\_; PIKETTY, M. G. Certificação do manejo florestal comunitário: um novo desafio para a organização institucional do desenvolvimento territorial na Amazônia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** p. 17.

FARINA, E. M. M. Q.; REARDON, T. Agrifood grades and standards in the extended Mercosur: their role in the changing agrifood system. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 82, n. 5, p. 1170-1176, 2000.

\_\_\_\_\_. et al. **Estudo do sistema agroindustrial de produtos orgânicos no estado de São Paulo**. São Paulo: SEBRAE-SP/PENSA/FIPE, 2002. p. 271.

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL - FSC. **Banco de Dados**. 2005. Disponível em: <[www.fsc.org](http://www.fsc.org)>.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. Sustaining foods: organic consumption and the socio-ecological imaginary. **Elsevier Science: Social Sciences**, v. 1, p. 97-119, 2001.

GANDJEAN, P. Tradition migratoire et valorisation des terroirs au Brésil. In: MONTAGNON, C. **Café: terroirs et qualité**. CIRAD, 2003. p. 81-88.

IMAFLORA; SMARTWOOD. **Resumos Públicos de Certificação Florestal**. 2005. Disponível em: <<http://www.imaflora.org/index.cfm?fuseaction=content&IDassunto=4&IDsubAssunto=14#manejo>>.

JANK, M. S.; FARINA, E. M. M. Q.; GALAN, V. B. **O agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Editora Milkbizz, 1999. p.108.

SAES, M. S. M.; FARINA, E. M. M. Q. **O agribusiness do café no Brasil**. São Paulo: Editora Milkbizz, 1999. p. 230.

\_\_\_\_\_; SAES, A. M. Cenário para a cafeicultura nos próximos anos. Caderno Illy, 2005. No prelo.

\_\_\_\_\_. et al. **Diagnóstico sobre o sistema agroindustrial de cafés especiais e qualidade superior no estado de Minas Gerais**. São Paulo: SEBRAE-MG/PENSA/FIA, 2001. p. 158.

SCS. **Certification report public summaries**. 2005. Disponível em: <[http://www.scscertified.com/forestry/forest\\_certclients.html#southamerica](http://www.scscertified.com/forestry/forest_certclients.html#southamerica)>.

SILVA FILHO, O.; PALLET, D.; BRABET, C. **Panorama das qualificações e certificações de produtos agropecuários no Brasil**. São Paulo: CIRAD/FAO, 2002. p. 33. Disponível em: <<http://www.cendotec.org.br/dossier/cirad/pallet.pdf>>.

SOBRAL, L. et al. **Acertando o alvo: consumo de madeira amazônica e certificação florestal do estado de São Paulo**. Belém: AMAZON/IMAFLORE e Amigos da Terra, 2002.

SOUZA, M. C. M. Aspectos institucionais do sistema agroindustrial de produtos orgânicos. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 7-17, mar. 2003.

\_\_\_\_\_. **Certificação de produtos orgânicos**. 2001. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>.

\_\_\_\_\_; SAES, M. S.; DOLNOKOFF, F. Organization of the organic coffee industry in the "Sul de Minas" region, In: INTERNATIONAL PENSA CONFERENCE ON AGRIFOOD CHAINS/NETWORKS ECONOMICS AND MANAGEMENT, 5., Brazil. Riberão Preto, 2005. p.11.

TONI, F.; CARVALHO, J. **Trajetórias e expansão da pecuária na Amazônia: o caso do Acre**. Brasília: Editora da UNB, 2005. p. 80.

### **CERTIFICAÇÃO DO CAFÉ ORGÂNICO E DA MADEIRA NO BRASIL: um caminho para a sustentabilidade?**

**RESUMO:** Nos anos 1990 o Brasil assistiu a um aumento da preocupação com o impacto das atividades produtivas sobre o meio ambiente, tanto as industriais quanto as agrícolas e florestais. Em decorrência da maior circulação de informação sobre esses impactos, há uma tendência crescente de colocar em prática processos de certificação para diversos produtos provenientes do uso de terras agrícolas e florestais. Este artigo analisa e compara o processo de certificação do manejo florestal comunitário para a produção de madeira e do café produzido em sistema orgânico. A questão que permeia o artigo recai sobre a indagação se tais processos de certificação são capazes de conciliar eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental. A comparação entre os dois casos busca ressaltar os impactos positivos e negativos de diversas instituições que interagem nesse processo. Os dois casos focalizados revelam que a certificação ambiental no Brasil ainda não consegue atingir os objetivos de sustentabilidade, por um lado devido aos altos custos e, por outro, pela incerteza do mercado para estes produtos.

**Palavras-chave:** normas ambientais, madeira, café orgânico, certificação, sustentabilidade.

**ORGANIC COFFEE AND TIMBER CERTIFICATION IN BRAZIL:  
toward sustainability?**

**ABSTRACT:** *During the 1990s, the negative impacts of industrial, agricultural and forestry activities on the environment in Brazil resulted in growing concerns. Thanks to a larger diffusion of information about impacts, environmental certification of several agricultural and forestry products is increasing. This paper analyzes and compares two certification processes, i.e., that of community-based timber management in the Amazon and of organic coffee. The key issue addressed in this paper is whether these certification processes can reconcile economic effectiveness, social equity and environmental sustainability. The comparison aims at clarifying the positive and negative impacts of the various institutions interacting in this process. Both cases allow observing that environmental certification in Brazil is not yet capable of fulfilling the aim of achieving and maintaining certification in the long term. Among other factors accounting for that are its high costs and the uncertain market demand for organic products and sustainable timber.*

**Key-words:** *environmental norms, timber, organic coffee, certification, sustainability.*

---

Recebido em 24/07/06. Liberado para publicação em 24/10/06.